

O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças

Fernando Resende

Resumo: Na atualidade, a questão da representação das diferenças torna-se relevante, considerando tanto o avanço tecnológico que propicia e exacerba a produção dos discursos mediáticos como a noção de um poder de caráter libidinal que se instala nas sociedades globalizadas. Nessa perspectiva, este ensaio problematiza a produção dos discursos jornalísticos, com o objetivo de provocar uma reflexão de viés cultural. Cientes da polarização e da pulverização das falas no contemporâneo, acompanhamos Foucault e, à luz do pensamento de Flusser sobre as imagens técnicas e suas informações indicativas, sugerimos que, na perspectiva do discurso jornalístico, é fundamental compreender os modos de encenação das notícias.

Palavras-chave: jornalismo; vontade de verdade; enunciação; alteridade

Abstract: *Contemporary journalistic discourse: between secretiveness and the production of differences* — Nowadays, the issue of the representation of differences is a relevant one, in view not only of the technological advances that favor and enhance the production of mediatic discourses but also the notion of a libidinal power installed in globalized societies. From this perspective, this essay discusses the production of journalistic discourses, aiming to encourage reflections of a cultural nature. Aware of the polarization and pulverization of discourses today, we follow along with Foucault and, in the light of Flusser's reasoning about technical images and their indicative information, we suggest that, from the standpoint of journalistic discourse, it is essential to understand the ways in which news is presented.

Keywords: journalism; desire for truth; enunciation; alterity

Da vontade de verdade

O campo dos media vive um processo de correlação de forças com vários campos sociais — políticos, econômicos, culturais, religiosos, entre outros —, já que ele se faz estrutural na constituição e composição desses lugares. Tendo em vista o fato de que ao

jornalismo, mais especificamente, cabe a tarefa de dizer sobre e para as demais instâncias sociais, havemos de considerar que um dos lugares possíveis em que se instala a correlação de forças, com todas as suas assimetrias e fragmentações, é o campo do discurso. Instância fundamental para se pensar a questão da representação quando, no momento atual, as noções alteradas de espaço e tempo reconfiguram os papéis e as pertinências tanto dos campos como dos atores sociais que constituem a sociedade e com os quais os produtos mediáticos, invariavelmente, dialogam (RESENDE, 2003).

Sob essa ótica, a questão central que permeia este ensaio refere-se mais especificamente aos processos de velamento e produção das diferenças na perspectiva dos produtos jornalísticos — uma intrínseca relação com a questão da enunciação. É preciso ressaltar, desse modo, que é Benveniste (1995) quem coloca o sujeito da linguagem no centro da reflexão, o locutor em sua relação com o destinatário, o “eu” em sua relação com o “tu”. O autor parte da distinção entre o enunciado, já concretizado, e a enunciação, a ação de produzir o enunciado. Benveniste concentra-se na enunciação, a forma pela qual o sujeito se marca naquilo que diz, estabelecendo, assim, o que se convencionou chamar de Teoria da Enunciação. Nesse sentido, a comunicação seria consequência da constituição do sujeito (capacidade do locutor de, ao dizer, se propor como sujeito). Para Benveniste, “eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade — que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu”. O autor afirma ainda que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. [...] A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental” (BENVENISTE, 1995, p. 286-287).

Ainda na perspectiva da Teoria da Enunciação, em uma direção distinta, Bakhtin (1979) mostra que a enunciação é um fenômeno social e não individual, determinada por um contexto histórico que acaba por conformar a própria subjetividade. Sob essa ótica, o discurso jornalístico — “opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação” (BENETTI, 2007, p. 108) — é o objeto de estudo deste artigo que, ao procurar escavar o modo de falar nos jornais, tem como um dos seus principais objetivos contribuir para que a problemática da representação das diferenças seja trazida à tona.¹

A referência a Foucault (1996) parece-nos fundamental, quando entendemos que o gesto de proferir um discurso implica o que esse autor chama de “vontade de verdade”. Ao trabalhar com os três procedimentos de exclusão nos quais opera a produção do discurso (a interdição, a segregação e a vontade de verdade), Foucault explicita os

¹ No que se refere ao discurso jornalístico, há vários estudos em processo. A Teoria Construcionista, nos anos 1970, abre precedentes para os estudos da linguagem no jornalismo. A análise do discurso de linha francesa, por exemplo, a que Benetti (2007) se refere como especialmente produtiva para o mapeamento das vozes e a identificação dos sentidos, é de grande contribuição.

modos de legitimação do lugar do sujeito falante, calcando esses modos nas condições sociais em que se operam e proferem os discursos.

Tomando o terceiro procedimento — a vontade de verdade — como centralizador, porque, ao mesmo tempo em que reformula, legitima os outros dois, o autor nos auxilia a pensar no campo dos media e, portanto, nos seus lugares de fala, como legitimadores da nossa vontade de verdade. Se, para Foucault, as sociedades do saber eram outrora as instâncias legitimadoras de uma fala que se pretendia verdadeira, podemos supor que hoje a mídia, com o seu amparo institucional e por meio dos seus objetos que produzem falas, constitui-se como uma instância fundamental, porque certamente reguladora e mantenedora de um *status quo* que visa à ordenação dos fatos que tecem nossas relações sociais. Trata-se de pensar que é dada ao campo do jornalismo a tarefa de produzir saber acerca dos acontecimentos do mundo, tarefa que lhe é outorgada tanto porque detém a tecnologia — uma força maquinaica incomensurável — como também porque outras instituições produtoras de saber — estas, de caráter pedagógico — conferem aos que proferem os discursos da mídia o direito da fala. A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante.

Diante do quadro contemporâneo de multiplicação das mídias ou de proliferação dos discursos — consequência direta do próprio avanço tecnológico —, como fica a questão da vontade de verdade assentada no quem ou no lugar de fala? Seria a condição contemporânea, momento marcado por uma forte presença das máquinas como lugares de produção dos discursos, um dado que nos possibilita reavaliar o procedimento da interdição? Será verdadeiro que, nos tempos atuais (para continuarmos raciocinando com Foucault), não se pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar? Ao proliferarem as mídias, estaríamos simplesmente diante de um quadro de multiplicação de lugares nos quais a vontade de verdade se manifesta ou estaríamos sendo confrontados com múltiplas versões do que possa ser ou não verdade? Esse parece ser um grande desafio.

Polarização e pulverização das falas

A título de exemplo, lembremo-nos da seguinte situação: à época da invasão sofrida pelo Iraque, em 2003, vários jornais — impressos, televisivos e outros — noticiavam o acontecimento ora sob a perspectiva dos invasores ora, diziam os objetos da mídia, sob a perspectiva dos invadidos. Os *embedded journalists*, acoplados aos tanques de guerra para que pudessem narrar o fato com maior fidelidade, acabaram por revelar quão frágeis são os discursos que sobrevivem de informações indicativas, estes que

se apóiam na vontade de verdade como seu condicionante primeiro.² Um olhar mais atento aos relatos da CNN — empresa de mídia estadunidense que, na época, vendia e propagava para o mundo as notícias oficiais sobre o que chamavam de “guerra contra o mal” — faz-nos perceber que os dizeres eram, com exclusividade, aquilo que o país invasor nos queriam fazer crer. A entrada em cena da Al Jazeera — rede televisiva de origem árabe que se dizia mais apta a contemplar e relatar os fatos sob a perspectiva dos invadidos —, indubitavelmente um marco no cenário da mídia contemporânea, polarizou os discursos: se a guerra era contra o mal, o mal agora se dispunha a falar.

Esse processo de polarização das falas, um exemplo dos modos de manifestação do conflito no espaço da mídia, não traz como novidade o fato de que cada um, do seu lado, tenha algo a dizer, aspecto já sabido desde que o homem busca formas de se expressar. O novo vem particularmente do fato de que as falas polarizadas fazem saltar aos olhos uma situação que é específica do contemporâneo e que tem absoluta relação com o próprio avanço tecnológico: os relatos nos chegam com mais velocidade, de todos os lados, por vários meios e de diversas formas. Muito provavelmente, nunca antes no Ocidente — pelo menos sob a perspectiva do Brasil — notou-se uma presença tão significativa de uma mídia nascida do lado de lá, ou seja, a Al Jazeera invade, com sua força local e no mesmo tempo real das outras redes, o espaço mediático antes mais facilmente dominado pelos Estados Unidos.

Sua chegada, com tamanha força e rapidez, faz-nos defrontar com o fato de que cada discurso, a seu modo, em concomitância, quer se apresentar mais verdadeiro que o outro. Ambas as falas ancoram-se, com veemência, na suposta legitimidade tanto do sujeito falante como do lugar de onde se fala. E, desse modo, a simultaneidade de exposição desses dizeres, que nos chegam por meio dos discursos da mídia, é fundamental para entendermos que o embate alcança o seu extremo, reduzindo o discurso à sua vontade de verdade, procedimento que se exacerba a partir da luta pela ocupação do espaço mediático.

Não bastasse essa polarização, os relatos nos chegam de vários lugares e de maneiras diversas: *weblogs* noticiosos e de cunho pessoal, de habitantes do país invadido ou do país invasor, que relatam os fatos sob a perspectiva que lhes convém; filmes, documentários e programas de TV a cabo, que buscam narrar os fatos de modos distintos dos que nos chegam pela mídia oficial; outros meios impressos, inclusive livros, que revelam histórias não contadas nos grandes jornais; textos, muitas vezes encontrados na chamada “grande imprensa”, que, em situações extremas, abrem espaço para formas variadas de relatar o cotidiano, por exemplo, de um país em guerra.

² Flusser (2002) divide as informações contidas nos discursos em indicativas, imperativas e optativas. A primeira delas, para o autor, é a classe das chamadas “informações jornalísticas” e tem a verdade como o seu ideal clássico. Também parece interessante notar que tal classificação de informações nos remete diretamente ao que diz Foucault (1996) em relação aos procedimentos de exclusão que são internos ao discurso; esse é o caso dos produtos da mídia especificamente tratados neste ensaio.

Desse modo, a pulverização da fala, somada à polarização, por explicitarem e tornarem evidente a vontade de verdade como marca do discurso da mídia, nos impelem à indagação acerca da própria verdade, fazendo-nos duvidar das legitimidades dos lugares e dos sujeitos falantes que se impõem nos dizeres da mídia. Por exemplo, no caso específico que descrevemos, se um desses lugares tão insistentemente se propõe a falar do lado do bem, o suposto representante do mal faz o mesmo, dizendo “o mal não está aqui”. Como em um fogo cruzado, procuramos fugir dos ataques, indagando-nos: quem ou qual relato de que lugar, diz a verdade? Afinal, lembra-nos bem Foucault (1996, p. 20), “o discurso verdadeiro”, que é antes desejo e poder, “não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”.

O procedimento da interdição, com o apoio das máquinas que propagam os dizeres, assim, é reavaliado, não exclusivamente porque agora qualquer um pode falar de tudo de qualquer lugar, mas especificamente porque, com o avanço da tecnologia, muitos podem falar ao mesmo tempo de vários lugares. Do ponto de vista da reflexão acerca dos discursos jornalísticos, que tanto se ancoram no pressuposto de que ali esteja contida uma verdade, a situação social e tecnológica do contemporâneo renova nossas condições de reflexão: o que a polarização e a pulverização das falas de fato nos revelam é que, se tudo é vontade de verdade, a verdade ou mesmo a não-verdade pode estar em vários lugares e em várias falas. E, nesse quadro, além de ser importante saber o que o discurso diz, é fundamental investigar o que ele faz.

Velamento e produção das diferenças

O desafio que nos é imposto, porém, não é de fácil solução, pois o mesmo avanço tecnológico que polariza e pulveriza as falas torna-as, muitas vezes, submetidas a um processo de apagamento. O avanço tecnológico que experimentamos com extrema força e velocidade no século XX nos colocou antes a serviço das máquinas. Envoltos em um imaginário secular que tem como princípio o progresso e o ordenamento do mundo, vivemos em busca de fórmulas facilitadoras que nos ajudem a apreender o mundo de maneira simples; queremos tê-lo explicado, muito mais que problematizado.

Nesse sentido, a tecnologia — particularmente com os seus aparelhos produtores de imagens — cumpre um papel central. Vilém Flusser chama a atenção para o fato de que as imagens técnicas interpõem-se entre o homem e o mundo, funcionando, na verdade, como biombos. Para ele, “o homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função das imagens. Não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas” (FLUSSER, 2002, p. 9).

Tal observação põe em questão o fato de que as imagens produzidas pelas máquinas têm cumprido, de certa forma, a função de nos explicar o mundo, servindo como objetos facilitadores; quando vemos o que é “dito” pelas imagens, acreditamos ter ali o mundo fielmente representado.³ Segundo o autor, a imagem técnica tem uma natureza explicativa e é constitutiva de uma suposta verdade, o que faz com que “o observador [confie] nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos” (FLUSSER, 2002, p. 14).

O pensador vai além quando nos chama a atenção para o modo que as vemos, pois fazemos com elas tal qual fazemos com o texto-notícia, tomamos o discurso naquilo que ele diz e não no que ele faz. Para Flusser (2002, p. 14), “quando [o observador] critica as imagens técnicas (se é que as critica), não o faz enquanto imagens, mas enquanto visões de mundo”. Essa questão, se estendida às problemáticas que encontramos quando tratamos de produzir e ler os escritos da mídia, ajuda-nos a melhor dimensioná-los. Lemos nesses escritos respostas que muitos deles buscam nos oferecer. Pensados na perspectiva de uma ordem explicativa, os escritos da mídia baseiam-se prioritariamente em estatísticas e números. Mais uma vez, o campo do jornalismo é primoroso nesse aspecto. Não se trata de pensar toda a produção jornalística sob essa perspectiva, mas, em linhas gerais, no quadro epistemológico dominante nesse campo, seus números de mortos, suas definições generalizadas, seus rótulos que simplificam problemas antes de tudo complexos muito contribuem para a concepção de um mundo que parece passível de ser ordenado.

Sob essa ótica, se o que aponta Flusser em direção às imagens técnicas diz de um certo analfabetismo imagético, é preciso entender que o mesmo ocorre em relação aos textos, com o agravante de que a eles se sobrepõem as imagens, ou seja, se mal sabemos ler e produzir imagens na mídia, também mal o fazemos com relação aos textos; nosso analfabetismo, por assim dizer, é anterior, data da chegada dos relatos da mídia como lugares de explicação de um mundo que inexoravelmente move.

Nesse sentido, o campo da comunicação social, o qual traz o avanço tecnológico como o seu mote principal, pleno de textos e imagens baseados em informações indicativas, torna-se o lugar perfeito para a instalação do que é central para a ciência moderna: a ordenação e a explicação dos fatos. Com a força dos aparelhos que se sobrepõem aos nossos olhos, o mundo representado pela mídia sempre quis parecer mais simples do que de fato é o mundo que experimentamos.

Esse aspecto fica ainda mais claro se tomamos como referência para pensar a mídia o modelo representacional, cujo paradigma sustenta uma concepção de comunicação

³ Flusser (2002) ancora-se nas nossas condições históricas e culturais para fazer uma interessante reflexão em torno da presença das imagens no mundo contemporâneo. Para ele, as “imagens tradicionais” — os desenhos rupestres — serviam para imaginar o mundo e, quando essas imagens entram em crise, os textos escritos, fundadores da história cronológica moderna, chegam para cumprir a função de explicar as imagens que imaginam o mundo.

pouco afeita às interações e intervenções da cultura, do cotidiano e de suas práticas.⁴ À luz desse modelo, entendemos melhor o que diz Flusser (2002) em relação ao universo das imagens técnicas, além de compreendermos como, nesse lugar, a vontade de verdade parece mascarar-se com mais sucesso. Os textos e as imagens produzidos sob o julgo dessa episteme encontram sua motivação e sua razão de ser no ideal de que neles, quanto mais pura e exata for a informação, mais próximos da comunicação estarão os seus relatos. Trata-se, na verdade, de uma dimensão antes quantitativa, não há indagação em torno da qualidade da informação, mas do volume de informação (novidade) contida no relato e do quão rápido ela chega ao seu consumidor. Para Flusser, por exemplo, que faz da fotografia o seu pretexto para pensar as imagens técnicas, seu valor enquanto objeto é desprezível, ele “está na informação que transmite”. Para ele, “pós-indústria é precisamente isso: desejar informação e não mais objetos” (FLUSSER, 2002, p. 47).

Esse aspecto explica, por exemplo, por que o lugar institucional e quem fala são preponderantes nas imagens e nos textos da mídia. Ao concentrarmos nossas atenções no que o discurso diz, negligenciando o que ele faz, o que nos interessa é avaliar o enunciado, portanto saber da verdade que nele supostamente se encerra. Explica ainda o fato de que eles são produzidos de modo a se apresentarem limpos, livres de ruídos — à luz do modelo representacional, um empecilho para a compreensão da comunicação —, tanto de caráter subjetivo (quem fala não deve se deixar apresentar), como de outros elementos que possam criar qualquer ordem conotativa. São produzidos ainda com o intuito de chegarem o mais próximo possível do real da coisa representada, seguros de que, desse modo, falarão a verdade, pressuposto primeiro da vontade de verdade que está neles instalada. Esse aspecto explica, também, o fato de que neles a perspectiva de que há um outro para quem se fala é praticamente anulada. Flusser (2002, p. 46), ao refletir em torno do aparelho fotográfico, diz que ele “é programado para distribuição discursiva rumo ao espaço vazio, como o fazem a televisão e o rádio”, no que, certamente, acrescentaríamos os jornais. Um “espaço vazio” ocupado por um grupo disforme para o qual e sobre o qual falam os produtos da mídia, lugar onde todas as diferenças são veladas como se fossem mortas e, ao mesmo tempo, como se pudessem ser apagadas.

Esse processo de velamento das diferenças, considerando as idiosincrasias históricas, sociais e culturais dos dias atuais, convive com um outro, provocado, como queremos sugerir, pela polarização e pela pulverização dos lugares e das falas: o processo de produção das diferenças. Quando se narra o cotidiano de guerra, por exemplo, sob a perspectiva de vozes e lugares tão diferenciados, somos chamados a atentar para o fato de que as

⁴ Querè (1991) divide o olhar sobre a comunicação na perspectiva de dois modelos: o epistemológico ou representacional e o praxeológico. Para o autor, o representacional é aquele que se sustenta na idéia de comunicação como via de mão única e o praxeológico é o que se propõe a pensá-la na perspectiva de uma construção conjunta de um espaço público.

categorias definidas para explicar as lógicas que dominam a formatação dos textos e das imagens técnicas são mais fluidas do que se supunha. No que diz respeito à primazia da informação indicativa como uma dessas categorias, por exemplo, Flusser (2002, p. 49) esclarece: “toda classificação de informações é mera teoria”. Assim, a informação massificada assenta-se antes no seu pressuposto teórico, muito mais do que na prática comunicativa propriamente dita.

Desse modo, para entendermos a complexidade do processo de produção das diferenças, é preciso considerar, em um primeiro momento, que, no campo dos media, estamos a tratar da diversidade de lugares de onde se fala. Um dado relevante, levando em conta que antes a problemática do monopólio dos meios também se atrelava ao fato de que os recursos tecnológicos disponíveis eram mais escassos. Hoje, para pensarmos a *práxis* comunicacional, por exemplo, é preciso considerar que a expansão da rede mundial de internet tem um papel importante. Além disso, não há como desconsiderar outros suportes que se desdobram (os rádios, as telefonias, os televisores, entre outros) e que se tornam importantes lugares de fala no espaço da mídia contemporânea.

Ainda que o reconhecimento da presença de vozes dissonantes seja fundamental para que saibamos do conflito instalado, no entanto, é também importante lembrarmos que continua em jogo a busca pela verdade (FOUCAULT, 1996), ou seja, quem fala através dos meios continua sendo aquele que se pensa mais legítimo para falar; trata-se de uma questão de alternância de papéis ou de poderes no espaço mediático, pois quem fala é sempre um eu buscando deslegitimar um outro.

O caminho até aqui percorrido nos diz, então, que a produção das diferenças não se distingue, em seu propósito, do processo de velamento das diferenças. Produz-se também para um vazio, já que aquele que pensa ocupar lugar no espaço polarizado e pulverizado da mídia — o que de fato acontece — é sempre sujeito de uma fala que se dá na perspectiva da sua própria vontade de verdade. Assim, entendemos, a diferença que se produz nesse discurso é puro efeito, tal qual o é a verdade de que ele se vale. Nesse contexto, parece importante notar que o processo de produção das diferenças, que não resulta em relação de alteridade, é simplesmente parte de uma lógica do capitalismo tardio — quando as máquinas de produção de informação e conhecimento ganham primazia.

A encenação da notícia: o poder libidinal

Entretanto, se, na sua perspectiva “maquínica”, essa lógica desconsidera as intenções do humano, no viés da cultura, ela parece reiterar o fato de que os produtos da mídia sejam também lugares de produção de sentido, recobrando o humano que se inscreve no social e contribuindo, ao mesmo tempo, para que o processo de polarização e pulverização das falas seja redimensionado. Os Estudos Culturais representam um esforço de condução do pensamento em direções mais afeitas ao cotidiano e à cultura. Para não correremos o risco

de nos prendermos a um viés culturalista, que negligenciaria a relação da cultura com a economia política, porém, será preciso redimensionar o papel da teoria crítica da cultura à luz da lógica do capitalismo tardio e do papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea. Para Santiago de Castro-Gómez (2006, p. 3), “o ponto de largada dos Estudos Culturais são [...] os dispositivos a partir dos quais os bens simbólicos (a cultura) são produzidos e oferecidos ao público como mercadoria”.

Segundo o autor colombiano, essa mudança de paradigma só é possível devido à influência de Althusser (pós-anos 1970), que permite aos Estudos Culturais tomar a ideologia⁵ como categoria analítica, entendendo a cultura como um dispositivo que promove a dominação ou a resistência, contribuindo, assim, para que “a sociedade seja vista como uma rede de antagonismos na qual instituições como o Estado, a família, a escola e os meios de comunicação buscam ser mecanismos de controle disciplinário sobre os indivíduos” (CASTRO-GÓMEZ, 2006, p. 4). Para Castro-Gómez, uma perspectiva que precisa ser recuperada ante a tendência, de cunho pós-moderno celebratório, hoje dominante em parte dos Estudos Culturais, que comemora a representação das diferenças e a democratização dos meios, fazendo da cultura nada mais que um objeto de estudo. O autor aponta que um dos pressupostos básicos que devemos considerar para não cairmos nessa tendência é o fato de que, “em tempos de capitalismo tardio, a cultura [...] se converteu em alicerce fundamental para a reprodução do capital. [...] a criação de riqueza [...] se baseia [...] na produção de bens simbólicos levados ao mercado na forma de imagens e conhecimentos” (CASTRO-GÓMEZ, 2006, p. 7)

Esse aspecto faz com que nossas atenções sejam redobradas, pois, com ele, entendemos que as imagens e os textos são representações coletivas e ideológicas,⁶ o que faz com que os meios sejam convertidos, eles próprios, em aparelhos ideológicos (CASTRO-GÓMEZ, 2006). Nesse sentido, de acordo com Castro-Gómez, “a vantagem da cultura mediática sobre os outros aparelhos ideológicos está, precisamente, no fato de que seus dispositivos de sujeição são muito menos coercitivos”. Segundo o autor, “neles não circula um poder que ‘vigia e castiga’, mas um poder que seduz”. Nesse aspecto, para além do

⁵ Para Castro-Gómez (2006), o Althusser dos anos 1970 separa-se da noção negativa e do modelo crítico de ideologia desenvolvido por Marx para adotar uma noção agonística de ideologia. Ele dirá: “Aqui as ideologias são vistas como um sistema de crenças [...] que servem para dar sentido ao mundo e à nossa práxis no mundo”. Nesse sentido, diz o autor: “as ideologias cumprem a função de serem ‘concepções de mundo’ que penetram na vida prática dos homens e são capazes de animar e inspirar sua *práxis* social” (CASTRO-GÓMEZ, 2006, p. 9).

⁶ Para Castro-Gómez (2006, p. 14), “a ampliação do conceito de ideologia [...] pode ser muito valiosa para entender como as imagens, figuras e narrativas simbólicas [...] constroem representações que servem para reforçar o domínio de uns grupos sobre os outros. Esta representações ideológicas não são [...] unitárias, como pensava o primeiro Althusser. Através dos meios constroem-se não somente as grandes ideologias econômicas e políticas, mas também ideologias de gênero, raça, sexualidade e posição social que não são necessariamente reduzíveis umas às outras”. Essa reflexão, somada à de Appadurai (2003), que vê as imagens e os textos como representações sociais fundamentais para a construção de sentido no mundo contemporâneo, conduz o eixo da nossa reflexão.

poder disciplinário da modernidade, criticado por Foucault, Castro-Gómez (2006, p. 14) diz que estaríamos agora “à frente do poder libidinal da globalização”. Considerando que hoje a leitura que fazemos dos produtos mediáticos depende muito do modo no qual a “notícia” é encenada, Castro-Gómez nos diz:

A guerra das imagens sobre a guerra será ganha por aquele grupo que, no intuito de imprimir sentido, melhor utilize o poder libidinal, ou seja, por aquele grupo que ponha em marcha todos os mecanismos sedutores da imagem para obter o consentimento não coercitivo dos consumidores (2006, p. 16).

Sob essa perspectiva, faz-se necessário avançar no nosso trabalho de escavar esse discurso que sofre a ordem de um poder e de um desejo que, ao que tudo indica, revela-se na sua própria tessitura. Pois, conforme se constata, o lugar político das falas da mídia, principalmente porque inscritas no contexto de uma sociedade pós-industrial, vincula-se a outros parâmetros e categorias, o que faz com que o olhar lançado sobre os produtos da mídia implique a tomada de caminhos mais profundos.

Do objeto da fala a fala do objeto

Desse modo, informar ou produzir imagens e textos nos discursos cujos procedimentos internos são pautados por uma classificação de informações, como é o caso do jornalístico, significa dar forma ideológica e cultural aos fatos pré-existentes. Uma constatação relevante, mas que, se descontextualizada, exaure-se nela mesma porque, de certo modo, iguala os discursos, pois nos deixa à deriva do que neles pensamos ser o verdadeiro ou o falso, reiterando o nosso lugar de investigadores do enunciado. Flusser nos ajuda a estender esse problema, mostrando que há sempre algo mais a ser retirado do trabalho de escavação. Ao falar do processo de classificação de informações, esse autor diz que “todo indicativo científico” — onde cabem perfeitamente as informações jornalísticas — “tem aspectos políticos e estéticos; todo imperativo político tem aspectos científicos e estéticos; todo gesto optativo (obra de arte) tem aspectos científicos e políticos” (FLUSSER, 2002, p. 49).

Com a problemática assim ampliada, parece-nos importante ressaltar que é preciso reconhecer que o lugar político das falas jornalísticas não se desvincula do estético que nelas se instala e ao qual elas se submetem. O agravante de que nos dias atuais o poder coercitivo esteja vinculado a um poder libidinal — para continuar excluindo, é preciso também seduzir —, além de ser um forte indicador de que, na dimensão do conflito, a ampliação do espaço de fala não significa, necessariamente, democratização dos meios, mantém-nos reféns daqueles que sabem melhor produzir as imagens e os textos. Desse modo, trabalhar na perspectiva de uma possível diferenciação dos narradores, ao mesmo tempo em que nos faz pensar a que nos serve o conflito, ensina-nos, quem sabe, a produzir

e apontar diferenças: há narrares que, no intuito de explicar os fatos, buscam verdades totalizantes? Há outros que visam a uma dimensão mais complexa?

Para Correia (2007, p. 14), o encontro de um equilíbrio, ou “qualidade”, como diz o autor, na linguagem praticada no campo jornalístico, pode estar “no regresso ao texto, na busca das marcas enunciativas”. Sem dúvida, ainda que seja relevante indagarmos-nos se a invasão sofrida pelo Iraque será assunto no jornal do dia, diante do processo de polarização e pulverização das falas, não deixa de ser menos importante procurar conhecer as formas e os lugares em que se darão os dizeres sobre a invasão.

O avanço tecnológico que exacerba a produção das narrativas e nos faz saltar aos olhos a pluralidade de modos de narrar os fatos do cotidiano deve, pois, nos fazer atentos à perspectiva de que há narrativas que dotam o mundo de diferenças, enquanto há outras que não; de que há as que rechaçam as particularidades e ainda há as que as ressaltam; há as que dizem de um lugar em movimento e as que narram o mundo como algo estático. Do mesmo modo, devemos nos atentar para o fato de que podemos ler as narrativas de modo a reforçar a estática das coisas — uma leitura de perspectiva culturalista — ou de modo a compreender e ressaltar suas dinâmicas, uma perspectiva que se deseja cultural. Tudo depende, é preciso ressaltar, do nosso arcabouço epistemológico e das nossas intenções e proposições.

O jornal *Folha de S. Paulo*, em 26 de março de 2006, traz vários artigos sobre os produtos da mídia que têm como tema os dilemas da favela no Brasil. São variados os produtos midiáticos cujo conteúdo gira em torno dessa problemática, e a apresentação de um documentário, *Falcão — os meninos do tráfico*, além de reacender a discussão em torno do tema que aborda, pode também auxiliar a conduzir nossa reflexão. Exibido e exaustivamente anunciado pelo *Fantástico*, em 19 de março de 2006, o documentário foi feito pelo rapper MV Bill, que, nas suas entrevistas, se auto-intitula mais legítimo para falar daquele lugar, pois é alguém que nasceu e viveu nas favelas. Ao apresentar o que ele considera ser a realidade dos menores que servem de “vigias” dos morros, MV Bill, com as imagens técnicas que produz, acredita ser capaz de mobilizar o país de maneira distinta. E a TV Globo, que então anuncia que fará uma interrupção de uma hora na sua programação dominical, parece compactuar com a certeza de MV Bill, pois afirma que teremos acesso, naquele domingo, a imagens nunca antes vistas sobre o tráfico e as favelas.

De fato, as imagens causam um tremendo impacto. No dia seguinte, as falas dos que assistiram ao documentário trazem, basicamente, dois enfoques: alguns vários se mostram absolutamente chocados com o que viram, enquanto outros assumem uma postura de indiferença, pois se dizem já sabedores daquele fato, eles são bombardeados diariamente com notícias e imagens sobre o mesmo tema. A reação do primeiro grupo parece nos apontar como o pânico que eles sentem encontra sua materialização nas imagens de meninos que, com as faces cobertas por uma tarja preta, revelam a dureza e a crueldade de se viver do tráfico. O outro grupo, por sua vez, parece nos dizer que não há nada de novo naquelas imagens, pois aquilo de que elas dizem é algo já visto e mostrado em vários outros lugares. O exemplo desse primeiro impacto causado pela

apresentação daquele documentário no cenário televisivo revela-nos o que também não é novo: impotentes diante de uma realidade tão distante do que somos ou desejamos, ficamos sempre fadados ao pânico ou à indiferença.

Para a antropóloga Alba Zaluar, a repercussão deixa “provado mais uma vez o poder de comunicação que o veículo televisão tem sobre os demais, não só pela sua capacidade de penetrar em tantos lares, mas pela força das imagens, associadas à voz e à letra do que é dito” (*Folha de S. Paulo*, 26 mar. 2006). O episódio, ao que parece, traz à tona a força das imagens técnicas que, além de nos levar a buscar os fatos naquilo que eles revelam de mais verdadeiro, faz, por exemplo, com que o realizador daquelas imagens específicas, por razões ligadas à sua própria experiência de vida, apresente-se como detentor de uma fala legítima. Fazendo-nos presos “à voz e à letra do que é dito”, assim, nós nos atemos sempre ao objeto da fala, enquanto nos perdemos cada vez mais dos modos de encenar as notícias, da fala que está contida no objeto.

Zaluar revela-nos, ainda, algumas das incoerências do dito. “Sem apresentar dados novos”, segundo ela, “‘Falcão’ lança um olhar terno sobre os pequenos traficantes, mas submerge na cultura do gueto e ignora os demais atores sociais presentes em ‘Notícias de uma Guerra Particular’”. Assim, ao comparar aquele produto com um outro, ficamos sabendo que aquela notícia encenada daquele ângulo deixa à deriva outros ângulos que podem ser também significativos para a compreensão do problema. Em “Notícias...”, o documentarista João Moreira Salles, que não traz em si a marca de quem viveu em uma favela, ao abordar o tema na perspectiva dos policiais e dos bandidos, mostra-nos que “são muitas as vozes, muitos os atores do drama”, diz Alba Zaluar.

Os diversos produtos sobre as favelas, sejam os vários *weblogs*, documentários, relatos impressos e filmes sobre as guerras particulares do dia-a-dia — as pequenas grandes guerras que hoje somos impelidos a experimentar —, dizem, antes de tudo, que há vários modos de narrar o acontecimento. A dimensão do estético no político, que busco aqui ressaltar, diz da necessidade de escutarmos/lermos a fala do objeto. Quando a notícia vira uma mercadoria pós-industrial, não basta sabermos o que se passa nas favelas, mas também dos modos que sobre elas se falam, instâncias nas quais várias vozes e vários sentidos podem, por vezes, revelar-se.

Parece possível ressaltar, portanto, que uma diferença só pode efetivamente se produzir se nos atentarmos para o fato de que é nos modos de narrar que, a despeito e com o auxílio da polarização e da pulverização dos lugares e das falas, o diverso pode se fazer apresentar. Nesses modos variados, quando o que é trazido à cena é a própria vontade de verdade, redescobri-la na sua dimensão estética pode contribuir para que nos façamos aflitos, não necessariamente porque queiramos seguir em busca do verdadeiro, mas, muito provavelmente, porque desejamos conhecer os vários ângulos do mesmo problema. Nesse lugar, entre o velamento e a produção das diferenças, está em questão a verdade do acontecimento e não a de quem dele diz. Se hoje, para além do poder coercitivo, o que nos concerne diz respeito a um poder de caráter libidinal, esse olhar proposto ao campo do jornalismo acredita ser necessário buscar antes a fala do objeto, muito mais prioritariamente, do que o objeto da fala.

Referências

- APPADURAI, Arjun (2003). *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BAKHTIN, Mikhail (1979). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BENETTI, Márcia (2007). Análise do discurso em Jornalismo: estudos de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes.
- BENVENISTE, Émile (1995). *Problemas de lingüística geral*. 4. ed. Campinas: Pontes.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2006). Althusser, los estúdios culturales y el concepto de ideología. Disponível em: <<http://www.javeriana.edu.co/pensar/Alt.html>>. Acesso em: jun. 2006.
- CORREIA, João Carlos (2007). Linguagem jornalística, estranheza e referência. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-linguagem-jornalistica-estranheza-referencia.pdf>>. Acesso em: jul. 2007.
- FLUSSER Vilém (2002). *A filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- FOUCAULT, Michel (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- HALL, Stuart (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- QUERÈ, Louis (1991). D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. *Reseaux*, Paris, n. 46-47, mar./jun. 1991.
- RESENDE, Fernando (2003). Ausências na comunicação social e no jornalismo: a lógica da rua. In: *Oficina do CES*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2003, n. 197. Disponível em: <www.ces.uc.pt>.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1984). *O campo dos media: discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: A regra do jogo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001). Os processos da globalização. In: SANTOS (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento. p. 31-109.
- TODOROV, Tzvetan (1980). *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes.

FERNANDO RESENDE é professor e pesquisador visitante (Faperj) do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Autor do livro *Textuações: ficção e fato no Novo Jornalismo de Tom Wolfe* (Annablume/Fapesp, 2002).

fernandoresende@terra.com.br

Artigo recebido em 27 de junho de 2007 e
aprovado em 30 de setembro de 2007.

